

LOND/DRT-PR
46293.003518/2010-38
/ /2010
20 SET. 2010

ro

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Nº DA SOLICITAÇÃO: MR052755/2010


SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA, CNPJ n. **78.637.824/0001-64**, localizado (a) à Rua Fernando de Noronha - até 813/814, 207, Centro, Londrina/PR, CEP 86.020-300, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). JOSE LIMA DO NASCIMENTO, CPF n. 045.633.799-72, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 20/04/2010 no município de Londrina/PR;

E

SIND COM VAREJ MAT OPTICO FOTOGRAFIA E CINEMATOGRAFIA NO PARANA, CNPJ n. 80.920.085/0001-65, localizado (a) à Avenida São Paulo, 170, Sala 107, Centro, Londrina/PR, CEP 86.010-060, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). JOSE ALBERTO PEREIRA, CPF n. 235.707.509-06;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR052755/2010, na data de 20/09/2010, às 09:06:42.

_____, 20 de setembro de 2010.


JOSE LIMA DO NASCIMENTO
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA


JOSE ALBERTO PEREIRA
Presidente

SIND COM VAREJ MAT OPTICO FOTOGRAFIA E CINEMATOGRAFIA NO PARANA

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR003290/2010
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/09/2010
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR052755/2010
NÚMERO DO PROCESSO: 46293.003518/2010-38
DATA DO PROTOCOLO: 20/09/2010

Confira a autenticidade no endereço <http://www.mte.gov.br/mediador>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LONDRINA, CNPJ n. 78.637.824/0001-64, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE LIMA DO NASCIMENTO;

E

SIND COM VAREJ MAT OPTICO FOTOGR E CINEMTOGR NO PARANA, CNPJ n. 80.920.085/0001-65, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ALBERTO PEREIRA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2010 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **de todos os contratos de trabalho firmados entre as empresas representadas pela entidade sindical da categoria econômica e os empregados pertencentes à categoria profissional, em toda base territorial dos Sindicatos convenentes, com abrangência territorial em Alvorada do Sul/PR, Araongas/PR, Bela Vista do Paraíso/PR, Cafeara/PR, Cambé/PR, Centenário do Sul/PR, Florestópolis/PR, Ibiporã/PR, Itaguajé/PR, Jaguapitã/PR, Jardim Olinda/PR, Londrina/PR, Lupionópolis/PR, Miraselva/PR, Nossa Senhora das Graças/PR, Paranaipoema/PR, Pitangueiras/PR, Porecatu/PR, Prado Ferreira/PR, Primeiro de Maio/PR, Rolândia/PR, Sabáudia/PR, Santa Inês/PR, Santo Inácio/PR, Sertanópolis/PR e Tamarana/PR.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL MÍNIMO DE INGRESSO**

Fica assegurado aos integrantes da categoria piso salarial mínimo de ingresso:

- a) Ao empregado admitido como primeiro emprego e para o que trabalha como pacoteiro, fica

assegurado o piso inicial de R\$ 536,00 (quinhentos e trinta e seis reais).

b) Após 90 (Noventa) dias de serviço na empresa, o valor de R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais).

c) Em relação ao empregado contratado como primeiro emprego, a questão relativa ao prazo do contrato será discutida e acertada mediante Aditivo a ser firmado entre os ora convenientes.

d) Aos empregados que trabalham nas demais funções, fica assegurado piso salarial de ingresso de R\$ 536,00 (quinhentos e trinta e seis reais).

e) Após 30 (Trinta) dias o piso salarial será de R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais).

f) Após 90 (Noventa) dias de serviço na empresa, fica assegurado o valor de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

g) As diferenças salariais decorrentes destes reajustes, incidentes nos salários pagos de 01/05/2010 a 31/08/2010, deverão ser pagos juntamente com os salários já corrigidos correspondentes a setembro de 2010, até o 5º dia útil do mês de outubro de 2010.

h) O pagamento das diferenças salariais aos empregados, cujo contrato de trabalho já se encontra rescindido, deverá ser realizado em uma única parcela até o 5º (quinto) dia útil do mês de outubro de 2010.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Todos os empregados integrantes das categorias abrangidas por esta Convenção Coletiva, que percebem salário superior ao piso salarial, terão os salários fixos, ou parte fixa dos salários mistos, reajustados a partir de 1º de maio de 2010, mediante a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2009.

4.1 - Aos empregados que percebam salário superior ao piso e que foram admitidos após 1º (primeiro) de maio de 2009, será garantido o reajuste estabelecido acima ("cláusula 04"), proporcional ao tempo de serviço nos seguintes termos:

MÊS	ANO	TOTAL
MAIO	2009	7,00%
JUNHO	2009	6,67%
JULHO	2009	6,29%
AGOSTO	2009	5,89%
SETEMBRO	2009	5,16%
OUTUBRO	2009	4,84%
NOVEMBRO	2009	4,47%
DEZEMBRO	2009	3,97%
JANEIRO	2010	2,79%
FEVEREIRO	2010	1,93%
MARÇO	2010	1,36%
ABRIL	2010	0,76%

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUINTA - COMPENSAÇÃO

No reajuste previsto na "cláusula 04", poderão ser compensados todos os aumentos, antecipações e abonos, espontâneos ou compulsórios, concedidos pela empresa durante o período de 1º (primeiro) de maio de 2009 a 30 (trinta) de abril de 2010, salvo nos casos decorrentes de promoção, transferência, implemento de idade, equiparação e término de aprendizagem.

CLÁUSULA SEXTA - COMISSIONISTA

Os empregados que percebam sob forma de comissões, terão como garantia de remuneração mínima, o valor de R\$ 706,00 (setecentos e seis reais), devidos a partir de 01/05/2010. Os empregados comissionistas cujo valor das comissões ultrapasse o valor do piso salarial ora estabelecido ficam excluídos desta garantia.

06.1 - A média das comissões e repouso sobre as mesmas para cálculos das férias, 13º (décimo terceiro) salário, aviso prévio e verbas rescisórias deverão ser apurados com base nos 12 (doze) últimos salários variáveis percebidos, da seguinte forma: a parte variável dos salários dos comissionistas será corrigida monetariamente pela aplicação do INPC, mês a mês, acumulada no período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

06.2 - Fica ajustado que o cálculo correspondente ao repouso semanal remunerado de que trata a Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949, do empregado comissionista, será feito dividindo-se o valor das comissões pelos dias úteis efetivamente trabalhados, multiplicando-se pelo número de domingos e feriados ocorridos no mês correspondente, ressalvando as disposições contratuais mais favoráveis em Carteira de Trabalho.

06.3 - GESTANTE COMISSIONISTA: fica avençado entre as partes que a remuneração da empregada comissionista, no período de licença maternidade, ou, na hipótese de pagamento de indenização substitutiva, corresponderá à média das comissões dos 12 (doze) últimos meses antecedentes à licença ou período contratual atualizados monetariamente, cujo critério de atualização deve ser o estabelecido na cláusula "6.1".

06.4 - As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados comissionistas o valor das vendas que eles realizarem sobre as quais foram calculadas as comissões.

06.5 - Para fins exclusivos de balanço, durante o expediente normal, as horas efetivamente trabalhadas serão remuneradas a razão dos valores devidos a título de repouso semanal remunerado trabalhado.

06.6 - Para cálculo da hora extra do comissionista, será considerado o valor da hora normal, calculado sobre o piso salarial dos comissionistas, dividindo-se por 220 (duzentos e vinte) horas, com adicional de 50% (cinquenta por cento), multiplicando-se pelo número de horas extras que efetivamente ficar à disposição do empregador, incluindo-se as horas extras constante da "cláusula 17, 17.1 e 18".

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

A remuneração das horas extras será de 50 % (cinquenta por cento) superior à hora normal, com divisor de 220 (duzentos e vinte) horas mensais, e o horário extraordinário não poderá exceder de duas horas por dia.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA OITAVA - ESTABILIDADE DA EMPREGADA GESTANTE

A empregada gestante terá estabilidade no emprego, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o término da estabilidade constitucional.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA NONA - ESTABILIDADE POR DOENÇA OU ACIDENTE DE TRABALHO

O empregado que sofrer acidente de trabalho ou for acometido de doença profissional conforme definido na legislação previdenciária e de acidente do trabalho, gozará de estabilidade provisória no prazo de 30 (trinta) dias após o término da estabilidade legal e desde o afastamento em decorrência do acidente ou retorno do auxílio doença, tiver prazo superior a 15 (quinze) dias.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA

Para efeito de aposentadoria, gozará de estabilidade provisória pelo prazo de 01 (um) ano, o empregado que durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho completar 10 (dez) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, e que comprove em Carteira de Trabalho um mínimo de 29 (vinte e nove) anos de serviço. A estabilidade provisória prevista nesta cláusula não prevalecerá na hipótese de dispensa por justa causa.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OUTRAS OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR

11.1 - Ficam as empresas obrigadas a fornecer aos seus empregados envelopes ou comprovantes de pagamento, ou contracheques detalhando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos efetuados.

11.2 - É obrigatória a anotação em Carteira de Trabalho dos percentuais de comissões.

11.3 - Fica vedado qualquer desconto na remuneração do empregado vendedor a título de diferença de remarcação efetuado no estabelecimento, seja no código denominado adiantamento, seja qualquer outro código.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência de caixa será feita na presença do operador responsável. Estando este impedido de acompanhar a conferência, designará preposto para a execução da tarefa. Caso contrário o empregado não terá responsabilidade pelos erros verificados, salvo recusa injustificada à

conferência. No caso de impossibilidade por doença ou força maior, a conferência deverá ser feita na presença de um outro operador de caixa e do gerente ou preposto da empresa.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS

DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JORNADA SEMANAL

Fixa-se a jornada de trabalho dos empregados desta categoria em 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado.

13.1 - Não haverá expediente e respectivo trabalho, na terça-feira de carnaval.

13.2 – A fixação da jornada de trabalho dos empregados das empresas que pretendam a realização de feiras na base territorial abrangida por esta Convenção, deverá ter a anuência dos sindicatos signatários deste instrumento.

13.3 – Fica proibida a realização destas feiras na vigência e no período de 15 (quinze) dias que antecedem as datas promocionais previstas na "cláusula 17" desta Convenção salvo negociação coletiva específica, com a participação obrigatória do sindicato representativo da categoria econômica.

13.4 – A autorização municipal, no caso da "cláusula 13.3", deverá estar previamente homologada pelo Sindicato Profissional e Econômico, para surtir seus efeitos.

13.5 – Não será permitido labor em domingos e feriados. No mês de dezembro será conforme previsto nesta Convenção ou conforme autorização dos sindicatos convenientes.

JORNADAS ESPECIAIS (MULHERES, MENORES, ESTUDANTES)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS À MÃE OU PAI

Fica estabelecido entre as partes que a mãe ou o pai terá abonada as faltas ao serviço, a razão de 06 (seis) dias por ano, para acompanhamento de enfermidade ou tratamento à saúde de seus filhos menores, desde que justificada a ausência com o atestado médico do (a) filho (a).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO DE HORÁRIO DO ESTUDANTE

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho dos empregados estudantes que comprovarem a situação de regularidade escolar no período noturno, além das 18h00min (dezoito horas), respeitando a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, nos dias em que

estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DATAS PROMOCIONAIS

Convencionam-se que serão datas promocionais as seguintes: **DIA DE PÁSCOA, DIA DAS MÃES, DIA DOS NAMORADOS, DIA DOS PAIS e DIA DAS CRIANÇAS.**

17.1 - Nos dias a seguir relacionados, a jornada será a seguinte:

MAIO/2010 - MÃES

08/05/2010 (sábado) - das 9h00 min às 18h00min

JUNHO/2010 - NAMORADOS

12/06/2010 - (sábado) - das 9h00min às 18h00min

AGOSTO/2010 - PAIS

07/08/2010 - (sábado) - das 9h00 min às 18h00 min

OUTUBRO/2010 - CRIANÇAS

09/10/2010 - (sábado) - das 9h00 min às 18h00 min

ABRIL/2011 - PÁSCOA

23/04/2011 - (sábado) - das 9h00 min às 18h00 min

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORARIO DE TRABALHO AOS SÁBADOS

Fica convencionado entre as partes, que apenas para o efeito desta Convenção Coletiva de Trabalho nos dias a seguir descritos, o horário de trabalho dos integrantes da categoria profissional, será das 09h00 as 18h00 horas.

MAIO/2010

Dias 08 (oito) e 15 (quinze)

JUNHO/2010

Dias 05 (cinco) e 12 (doze)

JULHO/2010

Dias 03 (três) e 10 (dez)

AGOSTO/2010

Dias 07 (sete) e 14 (quatorze)

SETEMBRO/2010

Dias 04 (quatro) e 11 (onze)

OUTUBRO/2010

Dias 02 (dois), 09 (nove) e 16 (dezesesseis)

NOVEMBRO/2010

Dias 06 (seis) e 13 (treze)

JANEIRO/2011

Dias 08 (oito) e 15 (quinze)

FEVEREIRO/2011

Dias 05 (cinco) e 12 (doze)

MARÇO/2011

Dias 05 (cinco) e 12 (doze)

ABRIL/2011

Dias 02 (dois), 09 (nove) e 23 (vinte e três)

18.1 – Fica estabelecido que nos demais sábados, o horário de trabalho dos integrantes da categoria profissional será das 09h00 as 13h00, sendo vedado o uso da mão-de-obra dos empregados integrantes da categoria profissional em horário diferente do ora avençado.

18.1.2 - De acordo com o entendimento das partes, a jornada de trabalho no mês de abril de 2011, nos sábados após às 13h00 (treze horas) somente será permitida as previstas nas cláusulas 17,17.1 e 18.

18.2 – Fica assegurado o trabalho nos dois primeiros sábados de cada mês, bem como nos sábados que antecedem as datas comemorativas e datas festivas, no horário das 09h00 às 18h00, preservando o intervalo mínimo de 1h00 para repouso e alimentação excetuando-se dezembro/2010, pois possui calendário especial.

18.2.1 – Para as empresas que desejarem utilizar a mão-de-obra de seus funcionários nos demais sábados, além dos dois primeiros assegurados no caput desta cláusula, além das 13h00, é imprescindível formalização de Acordo Coletivo de Trabalho entre o estabelecimento comercial interessado e o sindicato da categoria profissional, com a assistência do sindicato representativo da categoria econômica, acordo este que deverá obedecer as seguintes diretrizes convencionais.

a) A empresa interessada no sistema de trabalho previsto nesta cláusula deverá protocolizar proposta junto ao sindicato profissional, bem como uma cópia na entidade representativa patronal, apresentando os benefícios que concederá aos funcionários que trabalharem neste sistema.

b) O sindicato profissional compromete-se a marcar uma assembléia com os funcionários do estabelecimento interessado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, para aprovação ou não da proposta apresentada. Aprovada, esta resultará em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que será imediatamente firmado entre as partes interessadas, com prazo de vigência de 12 (doze) meses.

c) O ACT deverá conter os seguintes benefícios básicos:

1) A jornada de trabalho em sábados abrangidos pelo ACT poderá ser das 9h00 às 18h00, com intervalo mínimo de 1h00 para repouso e alimentação.

2) Fica vedada a utilização de mão-de-obra do comerciário nos dias de sábados que coincidirem com feriados municipal, estadual ou federal.

3) A jornada depois das 13h00, a partir do terceiro sábado trabalhado, será considerada extraordinária, devendo ser remunerada com o adicional mínimo de 70% (setenta por cento), que será integrado na remuneração do trabalhador para todos os efeitos legais, com reflexos em DSRs e nas demais verbas contratuais e legais, como: férias + 1/3, 13º salários, FGTS e verbas rescisórias.

4) Fica vedada a integração da jornada especial prevista na cláusula "Banco de Horas". Fica igualmente vedada a compensação desta jornada, salvo disposição diversa prevista em ACT.

5) As empresas se obrigam a fornecer vale-refeição ou outro benefício equivalente, conforme previsto em ACT.

6) O trabalho será intercalado desde o primeiro sábado, ou seja, trabalhará sábado sim, sábado não. Os critérios, entretanto, poderão ser diferentemente definidos em ACT, conforme necessidade da empresa.

7) No descumprimento de quaisquer destas disposições, e sem prejuízo das demais penalidades legais, não cumulativas, e sem prejuízo dos créditos devidos ao empregado prejudicado, fica pactuado uma multa equivalente a um piso salarial da categoria obreira, por funcionário prejudicado, a ser recolhido junto ao sindicato profissional, o qual se compromete a repassar imediatamente o valor ao empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2010

19.1 - O horário e condições de trabalho dos integrantes da categoria profissional a vigor no mês de dezembro de 2010, será o seguinte:

19.2 - Para o período de 06/12/2010 a 23/12/2010, a jornada de trabalho, de segunda-feira a sexta-feira, será iniciada às 9h00 e poderá ser prorrogada até as 22h00. Nos sábados, dias 04, 11 e 18, a jornada será iniciada às 9h00 e poderá ser prorrogada até as 18h00. A jornada de trabalho no dia 24/12/2010, será das 9h00 às 17h00. As horas extras trabalhadas de segunda a sexta-feira, após as 18h00, e aos sábados, após as 13h00, serão remuneradas com o adicional de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal. As superiores a duas horas extras por dia, no horário informado, serão remuneradas com o adicional de 80% (oitenta por cento) sobre a hora normal.

19.3 – Devido à jornada especial de trabalho no dia dez (10) de dezembro de 2010 (feriado municipal), das 09h00 às 18h00, não haverá expediente e jornada de trabalho no dia 03 (três) de janeiro de 2011, na cidade de Londrina. E em razão do dia trabalhado no domingo, dia 19 (dezenove) de dezembro de 2010, das 10h00 às 18h00, não haverá expediente nem jornada de trabalho no dia 07 (sete) de março de 2011 (segunda-feira de carnaval), voltando o comércio a abrir suas portas na quarta-feira de cinzas, dia 09 (nove) de março de 2011, somente após as 12h00. É vedada a compensação em horas extras executadas.

TABELA DEMONSTRATIVA PARA DEZEMBRO/2010 E COMPENSAÇÕES

Data	Horário
De 01 a 03/12	das8h00 às 18h00
Dia 04/12 (sábado)	das9h00 às 18h00
Dia 05/12 (domingo)	Fechado
Dia 06, 07, 08 e 09/12	das9h00 às 22h00
Dia 10/12 (feriado)	Das9h00às 18h00
Dia 11/12 (sábado)	das9h00 às 18h00
Dia 12/12 (domingo)	Fechado
De 13 a 17/12	das9h00 às 22h00
Dia 18/12 (sábado)	das9h00 às 18h00
Dia 19/12 (domingo)	das10h00às18h00
De 20 a 23/12	das9h00às 22h00
Dia 24/12	das9h00às 17h00
Dia 25/12 (Natal)	Fechado
Dia 26/12 (domingo)	Fechado

De 27 a 31/12	das 8h00 às 18h00
Dias 01, 02 e 03/01/2011	Fechado
Dias 06, 07 e 08/03 de 2011	Fechado
Dia 09/03/2011	das 12h00 às 18h00

19.4 – Nas prorrogações de horário no mês de dezembro de 2010, haverá um intervalo de 2h00 para alimentação e repouso, para almoço, e de 1h00 para o jantar. Para o intervalo de jantar, o empregador fornecerá uma refeição ou valor correspondente a R\$ 9,00 (nove reais), por opção do empregado.

19.5 – Fica estabelecida a possibilidade de celebração de acordo coletivo de trabalho entre o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LONDRINA e as empresas para prorrogação e compensação da jornada de trabalho, observadas as disposições contidas no Título VI da CLT e manifestada em assembléia dos empregados interessados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - BANCO DE HORAS

A jornada de trabalho do empregado poderá ser prorrogada e compensada, observando-se o seguinte:

- a) As prorrogações da jornada de trabalho diária e semanal serão efetuadas de acordo com a legislação vigente.
- b) Faculta-se às empresas a adoção do sistema de compensação de horas de trabalho em número não excedente a 2 (duas) horas diárias e no limite máximo de 30 (trinta) horas mensais, mediante acordo individual escrito, entre empregado e empregador, dispensada a homologação pelo Sindicato Profissional, não podendo ser objeto desta compensação as horas laboradas no período natalino (dezembro/2010). As horas objeto da presente prorrogação serão compensadas dentro de 120 (cento e vinte) dias após as horas laboradas.
- c) Os empregados comissionistas que fizerem compensação de jornada, terão estas horas pagas com base no valor do descanso semanal remunerado.
- d) Acima do limite mencionado no "item b" haverá necessidade da prévia homologação pelo Sindicato da categoria profissional.

20.1 - A utilização do Banco de Horas não impede a realização de trabalho extraordinário, nem a este prejudica, sendo mantida a eficácia da compensação prevista na cláusula 20.

FÉRIAS E LICENÇAS

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão o empregado com mais de 14 (quatorze) dias de serviço, terá direito à remuneração de férias proporcionais na base de 1/12 (um

doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INÍCIO DAS FÉRIAS

O início do período de gozo de férias dos empregados não poderá coincidir com os domingos e feriados.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORME

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente os uniformes, quando seu uso for exigido, ficando o empregado obrigado a devolvê-lo por ocasião da rescisão do contrato.

RELAÇÕES SINDICAIS

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (REVERSÃO ASSISTENCIAL)

Por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da categoria, para a qual todos os integrantes foram formalmente convocados, inclusive para manifestarem oposição ao desconto, restou deliberada a cobrança da taxa de contribuição assistencial de todos os comerciários, em prol do SINDICATO dos EMPREGADOS no COMERCIO de LONDRINA, independentemente de ser associado ou não, considerando a condição de todos os trabalhadores serem representados por esta entidade sindical e beneficiários das disposições constantes na presente CONVENÇÃO COLETIVA de TRABALHO, no percentual equivalente a 4% (quatro por cento) descontada da remuneração integral de Setembro/2010, que será recolhida até o dia 10 de outubro de 2010, sendo que o valor desse desconto não poderá ser superior a R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), excluindo-se as diferenças salariais havidas a partir de 01/05/2010; e 4% (quatro por cento) descontada da remuneração integral do mês de novembro/2010, que será recolhida até o dia 10 de dezembro de 2010, sendo que o valor deste desconto não poderá ser superior a R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais), cujas importâncias deverão ser recolhidas na conta nº 375-4, Caixa Econômica Federal, Agência Ouro Verde - Londrina - Paraná, através de bloqueto de cobrança, fornecido pela entidade sindical dos trabalhadores, pagável em qualquer agência bancária.

Parágrafo 1º - Os empregados, individualmente, terão direito de oposição a ser manifestado diretamente ao sindicato profissional, através de correspondência manuscrita, no prazo de 10 (dez) dias contados da data do registro desta Convenção.

Parágrafo 2º - Em caso de não recolhimento até a data aprazada, o empregador arcará com o ônus, acrescido de multa estabelecida no artigo 600 da CLT, além da multa estipulada na cláusula 29, que neste caso será em favor da entidade sindical.

Parágrafo 3º – Será obrigatório o desconto da Taxa de Reversão dos novos empregados admitidos na empresa após a data-base (MAIO), com prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento, desde que não tenha sido feito o recolhimento no emprego anterior.

24.1 - Está convencionado que as empresas promoverão o desconto da Taxa de Reversão em favor do sindicato profissional, sob pena de responderem diretamente pelos valores que deixarem de descontar dos integrantes da categoria.

24.2 - O inadimplemento das "cláusulas 24 e 24.1" sujeitará às penalidades da "cláusula 29" da presente Convenção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - TAXA DE REVERSÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Haverá recolhimento a favor do **SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ÓPTICO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRAFICO DO ESTADO DO PARANÁ** - entidade patronal com base territorial desta CCT nos municípios de: ASSAÍ, BELA VISTA DO PARAÍSO, CAMBÉ, CENTENÁRIO DO SUL, IBIPORÁ, JATAIZINHO, LONDRINA, NOVA AMÉRICA DA COLINA, ORTIGUEIRA, PRIMEIRO DE MAIO, RANCHO ALEGRE, ROLANDIA, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, SÃO JERONIMO DA SERRA, SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, SERTANEJA, SERTANÓPOLIS, URAÍ, ALVORADA DO SUL, ARAPONGAS, CAFEARA, COLORADO, CONGONHINHAS, FLORESTOPOLIS, GUARACI, ITAGUAJE, JAGUAPITÃ, LEÓPOLIS, LUPIONÓPOLIS, MIRASSELVA, MUNHOZ DE MELLO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA FATIMA, NOVA SANTA BÁRBARA, PARANAPOEMA, PITANGUEIRAS, PORÉCATU, SABÁUDIA, SANTA FÉ, SANTA INÊS, SANTO INÁCIO, SAPOPEMA, TAMARANA, de uma Taxa de Reversão Assistencial Patronal em taxa única para todas as empresas desta classe no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) com vencimento em 30 (trinta) de novembro deste ano de 2010.

25.1 - Os recolhimentos serão devidos por todos os integrantes da categoria econômica, sindicalizados ou não, associados ou não, pela matriz e pela filial, representados pelo Sindicato do Comércio Varejista de Material Óptico, Fotográfico e Cinematográfico no Estado do Paraná, em sua base territorial desta CCT e, deverão ser recolhidos em qualquer agência bancária até a data do vencimento.

25.2 - As guias para os referidos recolhimentos serão fornecidas pelo Sindicato da categoria patronal.

25.3 - Fica ressalvado o direito do empregador de oferecer recusa a este recolhimento, posição a ser manifestada diretamente ao sindicato patronal, através de correspondência protocolizada no prazo de 10(dez) dias contados da data do registro desta convenção.

25.4 - No ato de homologação da rescisão de contrato de trabalho do empregado, a empresa deverá comprovar o recolhimento da taxa de reversão assistencial e contribuição sindical patronal referente aos últimos seis meses, sem que isso traga óbice à homologação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

As partes acordantes outorgam aos Sindicatos, competência para ajuizar perante a Justiça do

**JOSE ALBERTO PEREIRA
PRESIDENTE
SIND COM VAREJ MAT OPTICO FOTOGRAFIA E CINEMATOGRAFIA NO PARANA**